

Tecnologias do comum Reflexões sobre o pós-fordismo⁴²

Arianna Bove

Em *Império* (2000, 2001), Michael Hardt e Antonio Negri criticaram a forma-estado como se apresenta hoje, por meio de um encontro produtivo entre o pós-estruturalismo francês e a análise da economia política realizada pela corrente marxista do operaísmo desde os anos 1970.⁴³ Gostaríamos de explorar o encontro entre a última e as noções de biopoder em Foucault, de maneira a introduzir os debates atuais sobre o que veio a ser definido como a “produção biopolítica” no pós-fordismo.

O paradigma do trabalho: fordismo e disciplina

Em Foucault, as noções de poder e de reprodução de suas tecnologias estão crucialmente ligadas aos efeitos da racionalidade econômica. Na sua crítica da racionalidade liberal, Foucault esboçou o modo com que a economia política investiu o discurso da soberania e da governamentalidade, se tornando o princípio do governo biopolítico. A questão da produção e reprodução não pode deixar de levar em conta a maneira pela qual o poder normaliza, disciplina e regula. A noção de poder em Foucault é primeiramente de uma força produtiva. A questão está em entender como ela opera dentro (ou fora) do que tradicionalmente é entendido como o reino da produção, o que tem guiado a nossa pesquisa sobre o pós-fordismo. Negri analisa as relações entre capital e trabalho da perspectiva do poder e da luta. Está claro que, na década de 1970, seu trabalho e de outros da corrente do operaísmo começaram a ver na teoria de Foucault uma contribuição importante à crítica do capitalismo como forma em permanente mutação. Preocupando-se com a composição de classe e o campo do social, eles compartilharam a preocupação de Foucault em relação às operações capilares do poder no tecido social.

42 Este texto foi originalmente publicado em Generation-online.org, 2004, disponível em: http://www.generation-online.org/other/acop/acop_postfordism.htm. Tradução do original por Bruno Cava.

43 Para mais sobre o operaísmo: ver introdução de Matteo Mandarini a *Time for Revolution*, 2002; *Storming Heaven. Class Composition and Struggle in Italian Autonomism* de Steve Wright, 2002; e *Futuro Anteriore*, G. Borio, G. Roggero e F. Pozzi, 2002.

Ao estudar a passagem da “sociedade da fábrica” à “fábrica social”, gostaríamos de assinalar a crise do regime disciplinar e a emergência do governo biopolítico e da sociedade de controle, a partir de um foco no mundo da produção: uma produção dirigida como força incidente nos níveis do poder e da subjetividade. Na análise de Negri, com a emergência da “sociedade de fábrica”, a separação entre o político e o econômico perdeu a eficácia. Nenhuma mediação era mais necessária e a acumulação passou a disciplinar-se por si mesma. O estado, como um órgão executivo do capital, passou a representar a negação direta dos capitalistas individuais, em favor dos interesses de classe do capital. O estado incorporou a “lei política do capital coletivo” e o capital se tornou sinônimo do interesse geral.

A “democracia do trabalho” e a “democracia social” residem aqui: elas consistem na hipótese de uma forma de trabalho que nega a si própria como classe trabalhadora, e que autonomamente administra a si própria dentro das estruturas da produção capitalista, como força de trabalho. Neste ponto, o interesse social capitalista, que já havia eliminado as expressões egoísticas e privatísticas (sic) dos capitalistas individuais, tenta se configurar como um interesse social objetivo e compreensivo (NEGRI e HARDT, 1994, p. 62).

Assim, a importação revolucionária de princípios socialistas na constituição do pós-guerra acaba anulada. Na verdade, o trabalho organizado termina por facilitar a reestruturação da classe capitalista.

Como movimento organizado, a classe trabalhadora está completamente dentro da organização do capital, que passa a ser a organização da própria sociedade. Suas senhas e seus aparelhos ideológicos e burocráticos são elementos situados dentro da dialética do desenvolvimento burguês (ibidem, p. 61).

No momento em que o capital é identificado com o interesse geral da sociedade, uma inversão ocorre no reino da fenomenologia social, na medida em que o nexo do trabalho aparece como força de valorização do capital e base da própria sociedade.⁴⁴ Isto se reflete na incorporação de princípios socialistas de que o trabalho é a fonte de toda a riqueza – o que Marx já tinha abordado na *Crítica do Programa de Gotha* – que se tornam interiores à constituição burguesa (Negri chama a integração deste reformismo de “constitucionalização do trabalho”). Foucault analisa o que Negri chama de “sociedade de fábrica”, como o regime disciplinar típico do capitalismo do século 19:

44 Ver o artigo de Negri: ‘Keynes and the Capitalist Theory of the State’ no capítulo 2 de Labour of Dionysus, 1994 (*O trabalho de Dioniso*, UFJF, 2004).

O capitalismo penetra muito fundo em nossas existências. Da forma com que funcionou no século 19, esse regime tem sido forçado a desenvolver uma série de técnicas políticas, ou técnicas de poder; através das quais o homem se torna conectado ao trabalho; uma série de técnicas em que o corpo e o tempo dos homens se tornam força de trabalho e tempo de trabalho, e podem ser eficazmente usados para se converter em mais-valor. Mas, a fim de haver mais-valor, é preciso haver subpoder [subpower]. No nível da existência humana, uma rede capilar de micropoderes deve ser estabelecida, que fixa os homens em aparelhos de produção, que os transformam em agentes da produção, trabalhadores. Por subpoder, não me refiro ao que tradicionalmente é chamado poder político, ele não é o aparelho do estado nem da classe dominante, mas, em realidade, o conjunto de micropoderes, pequenas instituições situadas no nível mais baixo (FOUCAULT, 1998).

Esse regime foi o alvo das lutas, tendo sido atacado e progressivamente desconstruído na década de 1960 e seguintes, no ocidente. Contra a tirania tanto dos sindicatos quanto do partido, o nascimento do autonomismo e a criação de culturas de resistência desafiaram esse regime de poder, mediante a recusa total da ideologia da democracia social, do trabalho organizado e seu lema: *Arbeit macht frei*.⁴⁵

O prazer no trabalho

A questão da emergência da sociedade civil, como se verifica em Hobbes, e o silenciamento do discurso da guerra de raças são concomitantes à preocupação liberal com o governo, que Foucault analisa. Através de sua contribuição sobre a emergência do social e do policiamento das famílias, Jacques Donzelot realizou várias pesquisas, em diferentes escalas, na esteira das reflexões de Foucault em relação à economia, à polícia e ao estado de bem estar social. Nossos interesses residem na questão da subsunção da racionalidade política pela racionalidade econômica que, em combinação com o trabalho de Foucault sobre governamentalidade e biopoder, bem como a análise de Donzelot sobre o desenvolvimento e o declínio do estado de bem estar social, ajudam a introduzir a análise da produção biopolítica propriamente dita.

45 “O trabalho liberta” em alemão no original (NT). Cf. Virno sobre o Outono Quente na Itália, em Hardt e Virno, “Radical Politics in Italia”, 1996.

Donzelot analisa o estado de bem estar social como uma tentativa de estender os direitos dos trabalhadores a toda a população nacional.⁴⁶ Ao analisar a transição do taylorismo ao que ele designa “treinamento perpétuo”, o autor demonstra que, junto do processo de desqualificação do trabalhador (declínio do trabalhador profissional/artesão), foi transformada também a natureza jurídico-política de seu status social (num portador abstrato de direitos).

Igualmente, ao mesmo tempo em que o trabalhador se torna um sujeito de direitos, ele se torna objeto da ciência. A luta política e econômica engendra novas instituições. A psiquiatria e a medicina do trabalho industrial pesquisam no sentido da maximização da produtividade do trabalhador. Esses dois discursos, separados ao redor do trabalhador, tratado como sujeito de direitos e objeto da ciência, são examinados por Donzelot como uma relação em constante transformação e intrínseca aos desenvolvimentos políticos do século 20. De um lado, está a relação salário-trabalho. Do outro lado, o discurso científico. No período entre guerras, os dois elementos são reunidos. Os discursos científicos e ideológicos reintroduzem a ideia de prazer no trabalho, o que se associa aos esquemas de seguridade social. A fusão do discurso econômico e social num campo operativo único, com base no trabalho, criou as condições de possibilidade para essa situação extrema, em que o trabalhador “saudável” integrado ao sistema pode acabar se chocando violentamente com o não-trabalhador, o “doente” de fora.

Donzelot argumenta que, depois de 1945, a ideia de nação é suplantada pela de sociedade no imaginário político. Se o nazismo objetivou erradicar o ser vulnerável, a sociedade passou a precisar cuidar deles, a fim de curar as suas próprias feridas. O tema da jurisdição, – com que Agamben identifica a fratura biopolítica, – constitui a função central do estado de bem estar. Na verdade, Donzelot observa que o período do pós-guerra viu a desapareição da noção de *desajustado* ou *inválido* do vocabulário das relações industriais, seguida da introdução de termos como *portador de deficiência* ou *desfavorecido*, com vistas a sustentar a noção geral – e a prática legalmente admitida – que a vida no trabalho, com o adequado tratamento, pode e deve incluir a todos. A competitividade industrial e as

46 “Não é questão de criar prazer através do trabalho, nem prazer apesar do trabalho, mas produzir prazer e trabalho, e melhor apreender o projeto de produzir um dentro do outro. O prazer no trabalho distrai as pessoas do egoísmo individual quanto da histeria nacionalista, colocando diante delas um modelo de felicidade num domínio social retificado e atualizado, onde a atenção aos custos sociais das técnicas e as técnicas de redução dos custos sociais criam a possibilidade e a necessidade de um novo arranjo social, e assim o apagamento do status jurídico do sujeito remove as inibições acerca de sua participação no trabalho.” (DONZELOT, *Face à l'exclusion, le modèle français*, 1991, p. 280).

demandas por lucratividade levaram as empresas a incluir porções da sociedade que previamente tinham sido consideradas muito voláteis. Deste modo, a maquinaria industrial trouxe conjuntamente médicos e psiquiatras, a fim de enfrentar os problemas do absentéismo, alcoolismo, acidentes de trabalho. Trata-se de profissionais que pudessem lidar com os perigos intrínsecos da recusa ao trabalho. Na França, em 1975, uma lei foi promulgada em favor dos portadores de deficiência, declarando a categoria do *desajustado* como obsoleta. O significado desta lei, para Donzelot, é que ela generaliza a ideia de que os portadores de deficiência pertencem a uma categoria de excluídos, que pode ser incluída, por meio de práticas locais e particulares voltados ao reajustamento ao sistema, através dos vários mecanismos do estado de bem estar social.

A redefinição do trabalho e das relações de trabalho se tornou o fator principal relacionado à produtividade. Enquanto, sob o taylorismo, a ocorrência de acidentes, por exemplo, era medida e analisada através da relação técnica entre o homem e a máquina, – e considerada um fator previsível e potencialmente passível de prevenção; – na sociedade dos anos 1950, os acidentes se tornaram cada vez mais entendidos como decorrentes de falhas de comunicação na cadeia de comando, bem como a frequência de acidentes entendida como proporcional ao grau de satisfação no ambiente de trabalho. Conclusões similares surgiram dos estudos sobre o absentéismo. Este raciocínio também foi sancionado por uma lei de 1975, a respeito do pagamento do período em que o funcionário se encontra afastado por motivo de doença. Enquanto no passado, o período de afastamento em razão de doença era pago na taxa de 50% do salário, pelo sistema de seguridade social, agora ele deverá ser pago à taxa plena, metade do que deve ser subsidiado pela empresa. Assim, a responsabilidade sobre o ambiente de trabalho foi deslocada para a empresa.

A ofensiva neoliberal das décadas de 1980 e 1990 significou que esse ajuste não poderia mais ser sustentado. A responsabilidade para a saúde e o treinamento do trabalhador foi transferida da sociedade de volta ao indivíduo. Com isso, o retorno atual à sociedade civil no vocabulário político também é um subproduto do colapso gradual do estado de bem estar social. Significou que novas formas de regulação social, inclusão e responsabilidade acompanham a governamentalidade das relações sociais, no contexto das mudanças das relações de trabalho, nas sociedades contemporâneas ocidentais de “controle”. Inicialmente, a sociedade civil assume a tarefa de “tomar conta” da classe destituída, o “povo” que, – como Agamben nos lembra, – resiste a sua juridificação na forma de cidadão. Desdobramentos recentes da teoria da sociedade civil podem ser vistos

como efeito da crise de legitimação do discurso da soberania, e como tentativa de reconstituir uma subjetividade política unitária. Eles precisam ser lidos à luz de um debate mais amplo sobre a autonomia do político, um debate que sempre está acompanhado pela necessidade teórica de reconstituir a teoria da soberania nos dias de hoje.⁴⁷ Na análise de Hardt e Negri⁴⁸, a subsunção também consiste num processo de subsunção da sociedade civil^[49]. No entanto, no nível do discurso político, esse processo aparece como o seu inverso. Visto de outra perspectiva, se a sociedade civil também é entendida – como em Hegel: como um sistema de necessidades, a administração da justiça, a polícia, a empresa – como um conjunto de infraestruturas mediadoras que são, em parte, o *locus operandi* ou, pelo menos,

47 Na verdade, no contexto da análise de Negri, a confusão surge quando o “trabalhador socializado” é colocado no âmbito da “ressurgência do social”, mais como substitutivo do que incorporado ao político.

48 Dois importantes ensaios analisam o papel da sociedade civil e o declínio do político: www.deriveaprodi.org/rivista/17/hardt17.html (it) www.geocities.com/cordobakaf/crisisa.html(en).

49 O colapso da separação entre dentro e fora do poder reproblematisa como os escritos explícitos de Foucault sobre o poder têm dado causa a pensar o poder e a resistência como simetricamente opostos. Assim como o que Negri já tinha previamente teorizado “antagonismo” em termos de autonomia, ao construir uma relação quase simétrica entre trabalho e capital, enquanto a primeira distinção funcionava no exterior da última. Na realidade, na introdução de 1997 para *La costituzione del tempo* (recentemente traduzida por Matteo Mandarini como parte 1 de *Time for Revolution*, 2003), Negri critica precisamente a si mesmo e a tendência do operáismo de: “bloquear a pesquisa e chegar num impasse, no momento de descrever o *topos*, o lugar da luta, um antagonismo intrínseco às relações capitalistas, que produz duas temporalidades e subjetividades diferentes e simétricas”. Ele explica essa atitude como efeito de uma preocupação em evitar a recuperação da síntese dialética (e reformista) de tendências opostas; todavia, ele culpa o experimento de assumir os tons de uma dialética negativa, de um espaço onde a única abertura teria de ser constituída em termos éticos. Negri situa a superação desse impasse por meio da complementação do *topos* com um *telos*, que ele identifica como o lado constituinte da relação, o elemento que imanentemente causa a explosão do bloco simétrico. A questão do dentro e do fora em *Império* é importante ao debate por causa do fato de o colapso da divisão ser equiparado ao fim da política liberal. Isto é crucial para uma crítica da ressurgência da teoria da sociedade civil, bem como para a questão da “autonomia do político”. A última tem sido conduzida no último século por marxistas e não-marxistas por meio de várias releituras do aristotelismo e da reabilitação de Hannah Arendt. Mas também se verifica a preocupação predominante da teoria política corrente, na medida em que se preocupa com um “espaço público” ou um “espaço para a política”, que seria de algum modo imune aos ditados corrompidos, tecnocráticos, instrumentais e econômicos da razão, --- ou então dos enunciados dos seres sociais e de nossa situação específica.

o laboratório de práticas de poder disciplinar, o fim da mediação deve igualmente ser reconhecido no âmbito do colapso progressivo dessas instituições.⁵⁰

Pós-fordismo e controle

De acordo com os teóricos em pauta, o paradigma da disciplina e os centros tradicionais onde as técnicas disciplinares estão dispostas (classe, partido, escola, família nuclear, trabalho assalariado e o que constitui o reino da sociedade civil) se encontram em profunda crise. Por isso, a racionalidade disciplinar vem sendo sucessivamente substituída por procedimentos mais eficientes, econômicos, furtivos e implícitos, dirigidos a governar as pessoas. Na análise de Foucault, cobrindo o período desde o século 19, a emergência de sistemas de seguridade social na França (FOUCAULT, 1978, p. 1-18) prefigura uma ciência do controle baseada na prevenção de riscos, erigida sob os auspícios da segurança da vida da população. Neste momento, o biopoder se torna totalmente operacional no interior do funcionamento do estado moderno, ao mesmo tempo em que o biopoder assume a vida como objeto. Foucault analisou o caminho pelo qual o poder disciplinar tem sido integrado e, cada vez mais, substituído pelo paradigma do controle, na sociedade contemporânea, como na entrevista: “Um sistema finito em face de uma demanda infinita” (FOUCAULT, 1983, p. 39-63), em que ele analisa o estado de bem estar social e seu declínio. Ali, ele vê os efeitos perversos

50 O ponto interessante da análise de Hardt e Negri, em vez de revolver os efeitos das práticas de poder para o discurso político da soberania e da sociedade civil, está na descrição da “face subjetiva” conferida ao “processo objetivo”. Por exemplo, eles não analisam a Constituição Americana, mas sim as suas ambições, e nisso eles seguem o espírito daqueles que viram no país economicamente mais avançado um lampejo do possível futuro para o restante do mundo. O argumento deles está imbuído de uma sociologia política próxima a de A. Tocqueville, que reconheceu os elementos progressivos da Constituição dos EUA e também seus perigos intrínsecos. No nível do Império, eles analisam uma ambição política e constitucional anticentralista (na divisão dos poderes e na organização da burocracia de estado), e efeitos sociais em termos similares aqueles do conformismo e da absoluta tirania, que Tocqueville alertou a seus contemporâneos. Tocqueville observou como inevitável que, uma vez que todas as sociedades modernas tendem a se tornar “formalmente” igualitárias (pós-hierárquicas), os tipos sociopolíticos prováveis a emergir como resultado acabariam trazendo um aumento do poder do estado, já que o poder só pode ser contraposto pelo poder (de um modo imanente). Claramente, o alerta de Tocqueville sobre os perigos da “democracia totalitária” se avizinha do que Negri e Hardt tentam descrever como o tipo de ordem imperial biopolítica, mais do que dos debates franceses/napoleônicos republicanos centralistas ou imperialistas sobre os limites da soberania. Ao recusar a ideia que o poder é centralizado, Hardt e Negri miram nas ambições dos EUA na constituição como melhor expressão judicial de um exercício imperial centralizado do comando.

da conjugação de assistência e dependência, operada por um sistema cujo objetivo está em atenuar os conflitos sociais. Para Foucault, mecanismos de dependência são erigidos por meio de funções normalizantes de integração e marginalização, contra o que devemos reagir. “Eu penso que existe a necessidade de resistir ao fenômeno da integração. Na verdade, o indivíduo desfruta de todo o *dispositivo* do estado de bem estar social somente se está integrado num grupo familiar, num lugar de trabalho ou num território geográfico.” (FOUCAULT, 1994).

As reflexões de Foucault sobre o papel da guerra nas relações de poder também destacam a urgência de repensar a noção de recusa: a recusa de jogar e falar a linguagem do poder, que caracterizou as lutas dos anos 1970. Ele reconhece que a resposta a essas recusas trouxe uma inovação, o que requer uma mudança em nossa forma de analisar o poder. É a recusa que gerou como consequência a introdução do paradigma do controle. Na realidade, a disciplina é apenas um modo de “expressão” para o poder. Uma vez que, para incorporar as novas necessidades de um estado pós-estado de bem estar social, o sistema se desenvolveu na direção de uma forma pós-pastoral de poder, de vigilância sobre a criminalidade. Estamos nos movendo em direção ao controle generalizado da população. Este efeito ocorreu pela absorção das resistências por parte do poder, com a adoção das mesmas técnicas, criando novas funções de controle.

Em nossa visão, o que foi analisado como sociedade de controle é o estado do “poder executivo” ou de policiamento, monitoramento e gravação. Ele se constitui de um excesso que é a própria atualidade da norma. O estado político de exceção permanente está intimamente ligado à ideologia da governamentalidade e da segurança. O modo como a sociedade de controle funciona não é mais baseado na individuação e no assujeitamento de indivíduos como “tipos”, ela não mais funciona por meio da individuação dos marginalizados, com a finalidade de “reabilitação inclusiva”. As estatísticas são utilizadas para dissecar o indivíduo e fragmentá-lo nos menores componentes. Isto é mais evidente na divisão do trabalho em habilidades e do corpo em genes. Desta maneira, o controle pode ser exercido em virtude de sua própria criação, de sua determinação “positiva” por múltiplos assujeitamentos no interior de um mesmo indivíduo. A legalidade em si muda de natureza, nem tanto funcionando como árbitra ou reguladora de interesses incompatíveis; ela renuncia à ambição de integração social e, com a crise do estado de bem estar social, é forçada a reduzir o seu escopo a apenas representar interesses negociáveis, ao mesmo passo que neutraliza e silencia o restante.⁵¹

51 Aqui, pensamos a estética da existência de Foucault, como uma resposta nova e efetiva ao poder de “controle”.

Uma das preocupações centrais do uso de Hardt e Negri⁵² da fórmula sociedade de controle reside na noção de “democratização” e “imanentização” de mecanismos de comando. Vimos como a “excepcionalidade” se reporta a uma ideologia autolegitimadora de policiamento contínuo, a partir da obra de Agamben *Estado de Exceção*, e da inversão por Foucault da ideia de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Se a política é a continuação da guerra por outros meios, os “conflitos” surgindo em tempos de paz, e o dissenso interno surgindo domesticamente, também têm por efeito sancionar essas mesmas dinâmicas, que são então aplicadas em tempos de guerra. Isto coloca o problema de definir o “inimigo” como bárbaro quando ele reside dentro do social, que é o campo das guerras civis modernas. A sociedade disciplinar está em crise e os modos tradicionais de normalização, pela via das instituições, têm sido substituídos por uma estratégia mais capilar e menos dicotômica. Por conseguinte, as tentativas de normalizar ou justificar formas de marginalização institucional, na linguagem da integração social e do acordo contratual, se tornam supérfluas: a questão passa a ser de negociação de identidades híbridas. Uma vez que o estado liberal abdica de sua pretensão de servir de dispositivo regulatório neutro de interesses conflitantes, – em defesa de um contrato voltado à integração social, – e passa a assumir um papel ativo para neutralizar – através da “criminalização”, ou do silenciamento de interesses conflitantes e das identidades (quando elas se apresentam como forças desagregadoras) – então a função do direito e da lei coincide com o policiamento contínuo. Isto é o que Negri e Hardt querem dizer quando afirmam que existe uma “inseparabilidade conceitual entre a titularidade e o exercício do poder”.

Controle e biopoder

Nós queremos argumentar que hoje a ciência do controle funciona por meio de uma medicina prescritiva (sem médicos nem pacientes) que trata a sociedade como reservatório de doenças, e os indivíduos como vetores de patologias; através de uma educação que acontece durante toda uma vida em que cada indivíduo é compelido a permanecer produtivo; por meio de uma vigilância que é usada não como meio de prova de crimes, mas como ferramenta de prevenção, com o objetivo de reconhecer, inserir em bancos de dados e investigar os corpos humanos e o comportamento. Cada indivíduo que aja suspeitosamente se torna portador da criminalidade. O que Hardt e Negri veem como o fim do “fora”

52 Negri e Hardt analisam a questão principalmente no capítulo 2 de Império (2001).

coincide com a crise das instituições disciplinares tradicionais e a difusão de mecanismos de interiorização: autoexploração, autorracionalização e interiorização da responsabilidade se mostram ferramentas efetivas de governo. Como Deleuze corretamente observa:

As fábricas formaram indivíduos como um corpo de homens para a conveniência da gerência, que poderia monitorar cada componente na massa, e dos sindicatos que poderiam mobilizar essa resistência em massa; mas as empresas estão constantemente introduzindo uma rivalidade inexorável, apresentada como competição saudável, uma motivação maravilhosa que coloca indivíduos uns contra os outros e se coloca em cada um deles, dividindo cada um dentro de si mesmo. Mesmo o sistema estatal de educação tem sido visto dentro do princípio “ser pago por resultados”: na realidade, na medida em que as empresas estão substituindo as fábricas, a escola está sendo substituída por uma educação contínua e os exames por uma avaliação permanente (controle). Esta é a forma certa de transformar a educação num negócio. Em sociedades disciplinares você sempre começa tudo de novo o tempo todo (da escola ao quartel, do quartel à fábrica), enquanto em sociedades de controle você nunca termina nada – a empresa, o treinamento, e o serviço militar, coexistindo em estados metaestáveis de uma modulação simples, uma espécie de transmutação universal (DELEUZE, 1990, p. 179).

O movimento em direção às sociedades de controle também causa a reterritorialização do lugar da luta. O recuo das instituições disciplinares abre espaços de “abandono”, guetos, campos de refugiados, onde a vida nua está à mercê da gestão sem lei da *Polizeistaat*, que atua na base de um estado de exceção permanente. Hardt e Negri vêem a noção de excepcionalidade como crucial, diante da forma como o poder fala de si mesmo:

O Império não é formado na base da força por si mesma, mas na base da capacidade de apresentar a força como a serviço do direito e da paz. O Império opera no terreno da crise, em nome da excepcionalidade da intervenção que é a criação de um novo direito da polícia (HARDT e NEGRI, 2000, p. 29).

No paradigma biopolítico, – onde a regulação e a segurança se tornam funções operativas da política, – a função da guerra passa a ser propiciar segurança às vidas das pessoas, em que o poder fala de si, em termos de um lema racista “evolucionista” (*mors tua vita mea*). Como Foucault anota:

As guerras não são mais declaradas em nome de uma soberania que deve ser defendida; elas são declaradas em nome da existência de todos; populações inteiri-

ras são mobilizadas com o propósito de uma chacina generalizada em nome da necessidade da vida: massacres se tornaram vitais (FOUCAULT, 1978, p. 137).

Como vimos nos estudos de Foucault sobre o liberalismo e o estado de polícia, ocorre uma transição do estado territorial ao populacional, que se dá com a introdução da economia política no paradigma da soberania. Este, por sua vez, muda o papel do estado, que vai de manter a soberania ao governar a população. Em face da emergência do estado moderno como governo, a conexão entre lei e legitimidade, – o seu papel de ser “o barômetro da verdade”, – colapsa sobre si. A lei se torna o último recurso da soberania, em vez de seu fundamento constitutivo, funcionando como defesa legítima da “universalidade dos poucos” ou da “singularidade dos muitos”. Neste âmbito, ela é meramente procedimental. Um dos aspectos da racionalidade política moderna está no pressuposto que você pode separar o direito da administração e colocar um contra o outro. Alguém poderia argumentar que a legitimação que o estado (o executivo) tenta hoje reconciliar os dois elementos, onde a integração entre a lei e a ordem acontece por meio da ação do estado. Como vimos, o trabalho de Foucault sobre o discurso político do século 17, – na obra *Em defesa da sociedade*, mas também em seu curso de 1978-79, no *Collège de France*, sobre *Segurança, território e população* – mostra como o liberalismo precisa da polícia para reduzir o governo. O ponto principal da mão invisível de Adam Smith, no fundo, consiste nessa invisibilidade. Hardt e Negri vêm esse processo particular culminar numa política da não-engajamento [avoidance]:

No desenvolvimento do argumento pós-moderno liberal, a força do Estado não é exercida de acordo com o que Foucault chama de paradigma disciplinar [...]. O poder do Estado aqui não envolve a exposição e subjugação de sujeitos sociais, a partir de um esforço para engajar, mediar e organizar forças conflitivas, dentro dos limites da ordem. O estado mínimo evita tal engajamento: e é isto que caracteriza a política liberal. [...] A noção liberal de tolerância coincide aqui perfeitamente com o mecanismo decididamente não-liberal de exclusão. O estado mínimo do liberalismo pós-moderno aparece, com efeito, como um refinamento e extensão da tradição germânica da ciência da polícia. A polícia é necessária para prover a abstração e o isolamento do sistema: a “fina linha azul” delimita as fronteiras do que será aceito como pontos de partida da ordem legal. [...] O desenvolvimento crucial apresentado pelo Polizeiwissenschaft pós-moderno, é que agora a sociedade não está infiltrada e engajada, mas separada e controlada: não uma sociedade disciplinar, mas a pacificada sociedade de controle. A função da polícia cria e mantém uma sociedade pacificada, ou a imagem de uma sociedade pacificada, ao evitar a incidência de conflitos na máquina de equilíbrio. [...] O método de evitamento então carrega implicitamente um Polizeiwissenschaft

pós-moderno que, efetivamente, e em termos práticos, abstrai o sistema de um campo de conflitos potenciais, assim propiciando que o sistema possa ordenar uma sociedade eficientemente administrada (HARDT e NEGRI, 1994, p. 237).

Enquanto a sociedade de fábrica correspondia aos mecanismos fordistas de exploração do trabalho, que tentavam homogeneizar o trabalho e neutralizar a força do trabalhador profissional⁵³; a sociedade de controle corresponde – e é resposta – à recusa e saída do “trabalhador produtivo”, como substância essencial do trabalho alienado que produz valor e mais-valor. O biopoder aparece na história ao transformar o direito ancestral de “fazer morrer ou deixar viver” em poder de “deixar viver ou desqualificá-la até o ponto da morte” (FOUCAULT, 1998, p. 138). Foucault escreve: “esse poder era sem dúvida um elemento indispensável no desenvolvimento do capitalismo, o último não teria sido possível sem a inserção controlada dos corpos na maquinaria da produção” (idem).

Produção biopolítica

Em seus escritos, Foucault contestou formas de determinismo econômico que tendiam a reforçar o paradigma do trabalho:

É errado dizer que a existência concreta do homem é o trabalho. Porque a vida e os tempos do homem não são por natureza trabalho, mas sim prazer, descontinuidade, celebração, descanso, necessidades, apetite, violência, depreciação etc. O capital precisa transformar toda essa energia explosiva numa força de trabalho contínua e continuamente disponível no mercado. O capital precisa sintetizar a vida em força de trabalho, de um modo que contém a coerção do sistema de apropriação. [...] Se é verdade que a estrutura econômica caracterizada pela acumulação do capital tem a propriedade de ser capaz de transformar a força de trabalho numa força produtiva, então as estruturas de poder que têm a forma da apropriação possuem o objetivo último de transformar o tempo de vida em força de trabalho. A apropriação é o correlato em termos de poder do que, em termos econômicos, é a acumulação de capital (FOUCAULT, 1992).

Na situação presente, poderíamos dizer que a biopolítica é a forma dessa apropriação que investe a vida. É precisamente a subsunção do tempo de vida pelo tempo de trabalho na sociedade de controle, – como analisada pelos estudos do pós-fordismo na figura do trabalho imaterial. Para Hardt e Negri, a subsunção total da sociedade de controle opera no nível da produção biopolítica porque a

53 Para a relação entre organização política de classe e o trabalhador profissional, ver Bauman, 1982.

produção subsumiu a própria vida. A totalidade da sociedade se torna a fábrica (fábrica difusa), mas também se torna a escola, o hospital, a prisão e o exército.⁵⁴ Os estudos do pós-fordismo levam as análises de Foucault mais longe, e miram na produção biopolítica precisamente no ponto em que esse processo atingiu o ápice. No paradigma do trabalho imaterial, o corpo humano é o próprio capital fixo. O trabalho não é mais empregado pelo capital e os instrumentos de trabalho se tornam as máquinas-cérebros de cooperação social. Antes, o poder disciplinar era produtivo de subjetividades no interior das instituições, ele tinha um ‘lugar’. Agora, as instituições estão se despedaçando, e com elas as funções de representação, negociação e delegação. A subjetividade está imediatamente individuada pelo poder e tornada produtiva pelo capital. A importância do trabalho imaterial e afetivo está em sua função como produtor de valores-subjetividades.

Sob o ponto de vista do trabalho, a classe trabalhadora leva o setor privilegiado do trabalhador fordista ao colapso, mediante a ação de seus próprios componentes, efetuando novas formas de subjetividades e uma composição de classe diferente. Negri é taxativo sobre a periodização da mutação em direção ao operário social. O fato que ele a localiza em 1968 mostra a dimensão política persistente de seu pensamento sobre a realidade e a importância do evento. Para os teóricos em discussão, os anos 1970 indubitavelmente foram marcados por um período sangrento, quando foram encenadas batalhas nesse momento de transição. Contra uma poderosa força de trabalho, o Estado-crise se tornou centralizado. O que é mais crucial, talvez, seja o nascimento das lutas fora da fábrica. Essas novas lutas tiveram por consequência, do ponto de vista do estado, a maior extensão adotada para a administração e a disciplina (agora controle), que passaram, como reação, a tentar gerir diretamente a produção de subjetividade. Ao mesmo tempo em que, como resistência, os sujeitos lutam contra a redução deles à condição de força de trabalho. A ideia de trabalho imaterial é teorizada como resultado das mudanças na qualidade do trabalho trazidas pela pós-modernização / informatização da economia. A tradição italiana do operismo associa a noção de trabalho imaterial à transição da produção fordista à produção eficiente (toiotista), um modelo em que o produto já deve estar vendido antes de ser manufaturado.⁵⁵ O principal requisito para a introdução deste modelo está no estabelecimento de um sistema de comunicação entre a produção e o consumo, entre as fábricas e os mercados. O tipo de trabalho imaterial envolvido na indústria primeiramente

54 Para uma importante contribuição ao entendimento da transição entre disciplina e controle em Foucault, cf. Alessandro Pandolfi, 2000, capítulo 2.

55 Para mais informação, ver *Lessico Postfordista*, 2000.

implica a transmissão de dados, ditando que uma proporção crescente de capital deve ser investida visando ao aumento do poder das técnicas comunicativas, o que corresponde à intensificada natureza cerebral e afetiva do trabalho. A importância desta forma de trabalho é plenamente reconhecida por aqueles à frente das políticas econômicas, como argumenta Christian Marazzi em *O lugar das meias*. Com o nome “clintonomia”, Marazzi analisa precisamente a mudança na economia política e fornece muitas evidências sobre o significado das políticas econômicas no estabelecimento da *new economy*.

Clintonomia é o nome dado a um conjunto de políticas aplicadas durante o período da presidência de Bill Clinton nos Estados Unidos, de 1993 a 2001. É importante para nós por que sua principal teoria (explanada por Robert Reich em *The Work of Nations*) reconhece a necessidade de reconstruir a economia – passado um período de doze anos de políticas neoliberais – a partir de uma concentração no potencial do trabalho imaterial. Em consequência, a clintonomia reconhece a crise do paradigma disciplinar e do regime tradicional do trabalho, e procura um modo mais eficiente e econômico de exercer o poder. Robert Reich (Secretário do Trabalho de Clinton) reconhece a centralidade do trabalho imaterial para a reconstrução da classe política e social, que parecia ter saído de controle ao votar em Perrot nas eleições anteriores [NT. Candidato “independente” aos dois partidos dominantes das eleições presidenciais norte-americanas]. O trabalho imaterial é definido como a atividade de “manipulação de símbolos”. Ele o reconhece como central para condicionar a intervenção estatal com que Clinton planeja realizar uma engenharia econômica e política, de modo a lidar com os conflitos internos da sociedade americana. Clintonomia colocava a política industrial de volta à agenda e reconhecia a ineficácia da estratégia de desregulamentação, para o crescimento econômico. A teoria de Reich avança a ideia de “externalidades”. Começa com a pressuposição que as interações entre agentes econômicos não mais precisam necessariamente passar pelo mercado. As externalidades (elementos externos ao mercado) podem ser do tipo positivo ou negativo. Externalidades positivas tais como treinamento profissional e “educação”. Negativas como, por exemplo, os efeitos sobre o meio ambiente. As externalidades representam custos ou benefícios adicionais que não estão incluídos nas transações do mercado e que são “reguladas” pela coletividade. É aqui, na regulação das externalidades, que o estado pode encontrar legitimação para a sua intervenção ativa. Como podemos ver, uma vez a ineficácia da desregulamentação é reconhecida em termos econômicos, a intervenção estatal pode ser justificada na base de que o equilíbrio espontâneo da soma das iniciativas individuais é insuficiente para o equilíbrio

coletivo ótimo. Paul Romer toma por foco a distância entre ricos e pobres e a sua consequência para o crescimento econômico. No começo dos anos 1990, os EUA experimentavam uma grande desaceleração do crescimento econômico. Romer identifica “desigualdade” na distribuição dos salários e na educação antes como causa, do que efeito. O estado precisa intervir a fim de regular o nível de produtividade da população. A ideia de um desenvolvimento endógeno, desta forma, sumariza o esforço da clintoeconomia, em direção a uma sinergia de investimento individual e da produtividade coletiva gerida pelo estado. O economista Christian Marazzi elabora uma análise aguda, de um ponto de vista macroeconômico, acerca das mudanças de política adotadas pelo governo norte-americano de Clinton, em reconfigurar o seu papel como maximizador da produtividade capitalista. É Reich em particular que aponta à necessidade de investir em trabalho imaterial, não só por razões econômicas, mas primariamente por razões políticas dentro da nova ordem global. Como Marazzi argumenta:

A longo prazo, os produtos do trabalho imaterial serão bens cruciais para cada nação: pesquisa tecnológica e científica, treinamento da força de trabalho, desenvolvimento de redes eletrônicas de administração, comunicação e financeiras. No universo do trabalho imaterial, nós listamos: pesquisadores, engenheiros, cientistas da computação, advogados, alguns contadores criativos, consultores de administração, conselheiros financeiros, publicitários, editores e jornalistas, professores universitários. Esta “camada” está destinada a acelerar o processo de declínio de todas as atividades do tipo taylorista, i.e., as tarefas executivas e repetitivas, que sejam fáceis de reproduzir em países com força de trabalho a baixo custo; ao mesmo tempo em que os serviços às pessoas, embora continuem importantes numa sociedade com um setor terciário forte, não podem se beneficiar de subsídios materiais, uma vez que eles não são, de acordo com Reich, atividades criadoras de valor. O raciocínio do economista funciona mais ou menos assim: a globalização da economia não mais permite alguém a reportar a propriedade do capital à composição nacional dos bens de produção. Por exemplo, a Ford é o resultado de atividades combinadas e parciais que estão dispersas pelo globo e organizadas em redes globais; o que verdadeiramente conta é a eficiência e a produtividade da comunicação. O carro que resulta desse processo de produção é um compósito de partes produzidas em diferentes nações, por meio da propriedade multinacional de capital. No entanto, o que se perde como consequência da desnacionalização da propriedade do capital (i.e., os meios de produção, o capital constante) é recuperado no nível da propriedade do trabalho imaterial, do controle da produção de conhecimento. A desnacionalização de capital material físico é contrabalançada pela nacionalização do conhecimento, do comando e de sua organização. “Compre produtos americanos”

significa de agora em diante: “Valorize o conhecimento americano”. Nacionalidade, segundo o raciocínio de Reich, é recuperada através do investimento estratégico em atividades que criam mais valor, i.e., atividades imateriais que caracterizam o modo pós-fordista de produção. A renda gerada pela atividade imaterial deve ser nacionalidade, com vistas a lidar com o desemprego da força de trabalho americana desqualificada e a reduzir a disparidade de renda entre os trabalhadores qualificados e os pobres (competição com países emergentes), e sem inibir a vantagem comparativa dos EUA com respeito ao restante do mundo. O orgulho americano deve funcionar como cola solidária: quando comparado com países competitivos, a maior riqueza gerada pela maior produtividade e habilidade do trabalho imaterial propicia os meios fiscais de suavizar a deterioração das condições de vida dos desqualificados e derrotados dentre o povo americano (MARAZZI, 1999, p. 90-91).

Podemos ver aqui como a produção de conhecimento se torna crucial para a economia da sociedade de controle. Isto vai além da produção de conhecimento científico usado nas operações disciplinares de integração e exclusão, que poderiam “cientificamente” estipular a diferença entre os sãos e os insanos, os perigosos e os seguros, os normais e os desviantes. Aqui, a dupla captura do trabalhador, que Donzelot analisa, a inscrição no discurso político como sujeito de direitos e objeto da ciência implode. A produção de conhecimento no pós-fordismo se torna diretamente produção de subjetividade, de performances sociais e linguísticas que são imediatamente valorizadas. Enquanto no período da manufatura fordista, a atividade laboral podia ser silenciosa e automatizada, agora o trabalhador é exigido no sentido de investir a sua subjetividade na atividade do trabalho, uma vez que se compõe de interações simbólicas e produção de sentido. Ao analisar o trabalho imaterial, podemos ver como a atividade laboral e a natureza dos produtos mudou. A formação de marcas é apenas um aspecto do processo de revalorização cultural mencionado por Marazzi. No pós-fordismo, também sucede uma crescente separação entre a fábrica e a empresa⁵⁶. A última

56 “No capitalismo contemporâneo, devemos primeiro distinguir entre a empresa e a fábrica. Dois anos atrás, uma empresa multinacional francesa anunciou que iria se separar de onze fábricas. Essa separação entre empresa e fábrica é um caso-limite, mas um que está se tornando cada vez mais frequente no capitalismo contemporâneo. Na maioria dos casos, essas duas funções estão mutuamente integradas; nós presumimos, no entanto, que a separação simboliza uma transformação mais profunda da produção capitalista. O que essa empresa multinacional vai reter? O que ela entende como “empresa”? Todas as funções, todos os serviços e todos os empregados que a permitem criar um mundo: mercadejamento, serviços, projetos, comunicação etc. (M Lazzarato, *Struggle, Event, Media* In MakeWorld paper #4, disponível em: <http://www.makeworlds.org>)

assume como principal atividade a produção de subjetividade. O trabalho imaterial diretamente produz a relação de capital – enquanto no trabalho material, essa era clandestina – o que muda a fenomenologia do capital, a substância da força social e a natureza do trabalho, visto que os trabalhadores imateriais são antes de tudo produtores de subjetividade.⁵⁷

Se a produção hoje é diretamente a produção de uma relação social, então a “matéria prima” do trabalho material é subjetividade e o meio ambiente “ideológico” em que a subjetividade vive e se reproduz. A produção de subjetividade cessa de ser apenas um instrumento do controle social (para a produção de relações mercantis) e se torna diretamente produtiva, porque a meta de nossa sociedade pós-industrial é construir o consumidor/comunicador, e construí-lo como ativo. Trabalhadores imateriais (aqueles que trabalham em propaganda, moda, mercadejamento, televisão, cibernética e assim por diante) satisfazem uma demanda do consumidor e ao mesmo tempo criam essa demanda. (LAZZARATO, 1996, p. 143).

Nesse sentido, a função da empresa está em produzir o mundo em que o consumidor, o produtor e o produto habitam.⁵⁸ Este é o papel central da comunicação e da produção linguística. “O consumo não está reduzido ao ato de comprar e levar um service ou produto, como a economia política e sua crítica ensinam, mas, em vez disso, primeiro de tudo, significa pertencer a um mundo ou universo.” (idem). Então, a base da produção pós-fordista é a produção de subjetividade, em termos de relações sociais, relações com si e com os outros, bem como certo modo de pertencimento ao mundo. Este não é um assunto limitado à indústria de

57 Quando falamos de subjetividade, nós imediatamente tomamos distância da noção de sujeito. Nós reconhecemos o ser e o poder como uma série de processos de subjetivação que, em certos pontos, se tornam cristalizados em mecanismos. Assim, a noção de sujeito da resistência é adequada às teorias contratuais (jurídicas) de pessoa, às hipóteses repressivas (institucionais), aos discursos de soberania e aos processos de liberação da alienação, em termos marcuseanos. Esses, como vimos, são processos e discursos que falam através do sujeito, de modo a torná-lo inteligível e identificável. Foucault historiciza questões e explicitamente rejeita os referidos modelos, em favor da noção de subjetivação como um processo aberto, operativo no nível da intransitividade da liberdade. “O poder é exercido apenas sobre sujeitos livres, e somente na medida em que são livres” (FOUCAULT, 1982).

58 “Vamos começar com o consumo, porque a relação entre a oferta e a procura foi revertida: os consumidores são o ponto central da estratégia da empresa. Na realidade, essa definição da economia política sequer toca o problema: o crescimento sensacional, o papel estratégico ocupado pela máquina de expressão no capitalismo contemporâneo (da opinião, da comunicação, mercadejamento e, logo, dos sinais, imagens e declarações)” (LAZZARATO, 2006).

comunicação e se estende à totalidade da produção social. Em verdade, os nossos interesses na análise de Maurizio Lazzarato, Christian Marazzi e outros, em relação a Foucault, consiste em seu reconhecimento da *linguagem*, como muito mais do que meios de troca de dados e informação, e sim no seu papel de valorização e força produtiva.⁵⁹

Os trabalhos do capital financeiro também estão baseados na autorreferencialidade das convenções sociais, que funcionam através da produção dos afetos. Assim, na linha do conteúdo informacional do trabalho imaterial, e do aspecto cultural de seu papel produtivo, também é valorizado no capitalismo contemporâneo a produção de afetos. O trabalho afetivo é aquele “incorporado em momentos da interação e comunicação humanas”. Ele age sempre que o contato humano é requerido, e está envolvido com “produção de redes sociais, formas de comunidade e biopoder. O que é criado em redes de trabalho afetivo: uma forma-de-vida (HARDT, 1999).

O trabalho afetivo interrompe a tendência dominante da medida de valor, que era pertinente quando o trabalho estava em relação de exterioridade com o capital e precisava ser, primeiro, reduzido à força de trabalho (NEGRI, 1999).⁶⁰ Já a produção biopolítica está diretamente implicada com a produção de relações sociais e se torna coextensiva à reprodução social. As noções biopolíticas de vida e corpo são determinadas na constituição política e nas afirmações cotidianas da subjetividade social. [⁶¹] Ao ser colocado para trabalhar o que é comum, a lin-

59 “O trabalhador é (e deve ser) loquaz. A famosa oposição estabelecida por Habermas entre ação “instrumental” e “comunicativa” (ou entre trabalho e interação) é radicalmente amalgamada no modo de produção pós-fordista. A “ação comunicativa” não sustenta nenhum lugar privilegiado ou mesmo exclusivo nas relações ético-culturais, na política, e na luta por “mútuo reconhecimento”, enquanto ela existir além do campo da reprodução material da vida. Pelo contrário, a palavra dialógica se instala no próprio coração da produção capitalista. O trabalho é interação. Assim, de modo a realmente entender a práxis do trabalho no pós-fordismo, é preciso referir-se cada vez mais a Saussure, Wittgenstein e Carnap. Esses autores raramente mostraram qualquer interesse nas relações sociais de produção; apesar disso, elaboraram teorias e imagens da linguagem, eles tinham mais a ensinar em relação à “fábrica falante” que os sociólogos profissionais.” (VIRNO, 2008).

60 Negri anota que a noção de tempo de trabalho socialmente necessário se refere a normas comunais pré-existentes de consumo e de padrão de vida. Então, quando interior ao capital, a medida se torna periférica – além da medida.

61 Para mais sobre o tema dos trabalhadores imateriais, ver o jornal: *DeriveApprodi* em *Immaterial workers of the world*, Anno VIII, n. 18 Primavera 1999. <http://www.deriveapprodi.org/ind18.html>

guagem e o intelecto, ocorre a “personalização” da subjetivação. Nesse sentido, torna-se mais evidente o desenvolvimento de uma pulsão sinistra voltada à auto-exploração dos trabalhadores imateriais, um dos resultados da subsunção da vida pela produção⁶², e comprovada pelo fato que, em vez de reduzir o tempo de trabalho, as novas tecnologias e a *new economy*, com efeito, têm levado a um aumento da jornada de trabalho, na medida em que explora o processo que tem conduzido a uma forma de empreendedorismo em massa.⁶³

Entretanto, no nível do trabalho, o sujeito produtivo também encontra na cooperação social a sua base absoluta. Redes de informação e comunicação formam o âmago de cada elemento de um espaço produtivo globalizado e sintetizado. O trabalho imaterial e afetivo é o principal fator do colapso da mediação,

62 Melhor analisado por Franco Berardi (Bifo) em *A fábrica da infelicidade*, 2005.

63 “A noção de um novo empreendedorismo de massa se refere a um novo estrato social e produtivo da sociedade que já se consolidou, tanto em termos socioeconômicos e de estrutura de classe, quanto em termos de organização política. O novo estrato contribuiu para uma mudança radical do velho equilíbrio da sociedade italiana forjada no compromisso fordista da Primeira República. Em parte, esse grupo formou as bases sociais das Ligas Nórdicas. As várias formas novas de transformação social que emergiram na Itália nos anos 1970 --- as ditas “lutas pela autorredução”, as greves de consumidores e usuários, e as críticas radicais do sistema de saúde e da totalidade das instituições da sociedade disciplinar --- tudo isso esteve centrado precisamente numa tentativa de reapropriar a estrutura de bem estar social e inverter a lógica baseada na reprodução da norma do trabalho assalariado. A partir do começo dos anos 1970, essa nova subjetividade, longe de passivamente aceitar o terreno da flexibilidade produtiva, apropriou o terreno social como um espaço para a luta e a autovalorização. O aumento dramático de pequenos negócios e da economia informal nas partes central e nordeste do país pode ser compreendido apenas em termos de uma difusão, ao longo do terreno social, das lutas e práticas que tentaram fazer uso do aprofundamento dessa divisão social do trabalho, no interior das empresas que experimentavam novas formas de cooperação produtiva. Havia uma nova forma de empreendedorismo de massa que, nos anos seguintes, iria atuar como protagonista do novo milagre econômico da economia dita “difusa”. Essa nova subjetividade era baseada na “recusa do trabalho” e no alto nível de educação da maioria da população, e acabou por investir todos os interstícios do modelo de regulação clientelista-mafioso do Sul, junto com todas as articulações de sua integração como participante dependente. Percebendo, finalmente, a unidade de classe entre o Norte e o Sul, Gramsci sonhou como bloco social uma coalescência entre os trabalhadores industriais do Norte e os camponeses do Sul”. (HARDT e VIRNO, 1996, p. 83-84). Nós vemos um processo semelhante ocorrendo hoje com a abertura dos mercados financeiros à massa. Isto é politicamente analisado por Franco Berardi e, no nível da economia, por Marazzi (*La moneta nell'impero*, 2001). Ambos os autores fornecem pensamentos úteis sobre a crise do mercado financeiro.

e a justificação se torna um caso imanente à produção.⁶⁴ O mito do reino do espaço público como terreno da negociação finalmente se decompõe.⁶⁵ O estado social em sua aparência tradicional é substituído pela administração de diferentes subjetividades.⁶⁶ A forma do comando do capital sobre o trabalho na produção biopolítica é um estado sinistro, onde “o novo slogan das sociedades ocidentais é que devemos todos nos tornar sujeitos”. Aqui, se tornam mais urgentes os alertas de Foucault contra um discurso de liberdade que acriticamente põe o eu no

64 “O que as terias do poder da modernidade foram forçadas a considerar como instância transcendente, isto é, externo às relações sociais e produtivas, é aqui considerado dentro, imanente às mesmas relações. A mediação está absorvida na máquina produtiva. A síntese política do espaço social é fixada no espaço da comunicação. É por isso que as indústrias da comunicação assumiram uma posição tão central. Elas não somente organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutural adequada ao espaço global, mas também fazem de sua legitimação um fator imanente. O poder, enquanto produz, organiza, e enquanto organiza, fala e exprime a si como autoridade. A linguagem, enquanto comunica, produz mercadorias, mas também cria subjetividades, põe-nas em relação, ordena-as. As indústrias da comunicação integram o imaginário e a ordem simbólica dentro do tecido biopolítico; não meramente colocando-as a serviço do poder, mas efetivamente integrando-as no seu funcionamento íntimo [...] É o sujeito que produz sua própria imagem de autoridade. Esta é a forma de legitimação que não repousa sobre nada fora de si e é reproposta incessantemente no desenvolvimento de sua linguagem de autovalidação”. (HARDT e NEGRI, 1994, p. 33).

65 As versões de Habermas e Rawls do liberalismo e do discurso da ética como uma ética negociável, --- com um sujeito centrado na comunicação que busca atingir um acordo racional, de modo que a ação comunicativa limita a política ao consenso, --- se opõem à ideia de Negri da função de comando.

66 Sobre a diferença entre o estado de direito e o estado social: o primeiro opera no terreno dos interesses privados e individuais, se constitui de estado garantidor, assegurando a harmonia de pretensões concorrentes. O estado social, por outro lado, é onde a força social do trabalho em todas as suas conotações está fundamentado numa forma política e assim é efetivo noutro nível. Ele interioriza a relação de classe, e planeja suas ações a partir disso. Ele reprime aqueles que não aceitam seu direito de agir como estabilizador do interesse social geral (capitalista). A contradição do estado de direito foi ele ser efetivo no nível dos interesses privados e da ordem racional, a ordem que o capital não podia, na prática, permitir a existência, devido às demandas da acumulação. A lei, nesse sentido, era mais abstrata e formal (enquanto no estado social é mais pragmática) na teoria política liberal que a corresponde, i.e., um problema dos direitos no contexto de fatos pré-constituídos a respeito da realidade social. No estado social, a tentativa é feita para reter a maior parte dos elementos do estado de direito, tais como a igualdade e a liberdade, enquanto as faz compatíveis com a sociedade. Ele faz isso, na sua roupagem reformista, com a linguagem do direito natural.

centro e considera a subjetividade somente em termos de identidade individual.⁶⁷ Na sociedade de controle, a gestão participativa é uma tecnologia de poder, uma

67 Quando perguntado sobre “a muito discutida reintegração do corpo como pornografia e propaganda”, Foucault respondeu: eu não concordo em absoluto com esse papo de reintegração. O que está acontecendo é o desenvolvimento estratégico usual de uma luta. Vamos tomar um exemplo preciso, o autoerotismo. As restrições à masturbação mal começaram na Europa do século 18 e, subitamente, um pânico ao tema apareceu, uma consternação doentia propagada pelo mundo ocidental. As crianças se masturbam. Através do meio familiar, embora não por sua iniciativa, um sistema de controle da sexualidade, uma objetivação da sexualidade aliada à perseguição corporal, é estabelecida sobre os corpos das crianças. A sexualidade se torna objeto de análise e preocupação, vigilância e controle, e engendra ao mesmo tempo uma intensificação do desejo de cada indivíduo, sobre seu corpo, para ele e dentro dele. O corpo, assim, se torna assunto de um conflito entre pais e crianças, entre criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o efeito reverso de seu confinamento. Qual é a resposta do lado do poder? Uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde produtos para bronzeamento, até filmes pornográficos. Respondendo precisamente à revolta do corpo, encontramos um novo modo de investimento, que apresenta a si mesmo não mais como a forma do controle pela via da repressão, mas pelo controle dos estímulos. “Tire a roupa --- mas seja magro, boa pinta e bronzeado.” Para cada jogada feita por um adversário, sucede uma jogada em resposta pelo outro. Mas isto não é uma “reintegração” no sentido dos esquerdistas. “É preciso reconhecer a indefinição da luta --- embora isto não queira dizer que algum dia não haja um fim...”. No entanto, a política da identidade pode ser historicamente vista como uma forma bem sucedida de reintegrar as lutas manejadas contra a noção do sujeito político formalmente soberano e coloca o problema do dia a dia. Em nossos dias, a preocupação com a identidade assume a forma de uma política auto-obcecada. Numa sociedade pós-politicamente correta, a política da identidade carrega a questão da autovitimização, bem como a hipóstase da categoria da experiência na sua forma mais estreita, como inviabilizadora de qualquer do conhecimento e do si em relação ao mundo. Ela funciona através do modo binário de rejeição ou aceitação, e é resultado de uma progressiva psicologização da política. Franco Berardi se reporta ao problema ao tratar o livro *La fatigue d'être soi*, de Alain Ehrenberg, em que ele escreve: “A depressão começa a emergir no momento em que o modelo disciplinar de gestão behaviorística, as regras de autoridade e a conformidade às leis consignadas a classes sociais e sexos, desmoronam em face de normas que cobram de cada pessoa uma iniciativa individual para ser si mesmo. Por causa dessa norma, a responsabilidade inteira de nossas vidas é colocada sobre nós. A depressão então se apresenta como uma doença da responsabilidade, em que o sentimento de inadequação/insuficiência predomina. O deprimido não encontra valor em si; ele está cansado de ter de tornar-se si mesmo. (*A fábrica da infelicidade*, 2005, p. 10). A política da identidade pode ser considerada uma resposta descansada, “saúdável”, a esse processo que se alimenta da responsabilização do si. A política da identidade não consegue ir além da autoafirmação em detrimento de algum outro, --- ao estabelecer o seu ser exprime todo o medo de tornar-se outro --- mas seu pior está no consequente esvaziamento do debate político. É próximo ao apego de Heidegger ao procedimental, o meios que são fins em si próprios. As teorias políticas nas redes indicam essa obsessão procedimental.

tecnologia para criar e controlar os processos subjetivos (LAZZARATO, 1996). Contudo, a cooperação produtiva é, simultaneamente, indispensável e desestabilizadora da produção pós-fordista.

As teorias do trabalho imaterial dependem da ideia que a comunicação adquiriu um papel ativo no processo de produção, desde a transição da produção fordista à produção eficiente. O que segue no nível “biopolítico” e no nível da subjetividade não é somente uma mudança da natureza do trabalho como atividade produtiva, mas, mais profundamente, das relações sociais como um todo. Isto quer dizer que somos produtores todo o tempo, simplesmente em virtude da comunicação, do ser social, de falar, e que não há mais espaço exterior à produção, desde o momento em que os processos de valorização e o tempo de exploração foram deslocados no tempo e no espaço, estendidos à totalidade de nosso tempo de vida/bios. Nesse sentido, a noção de trabalho imaterial também se opõe agudamente ao discurso “convencional” da economia neoliberal, que enfatiza o consumo, a demanda e o fornecimento como aspectos politicamente “empoderadores” do capitalismo. Teóricos do pós-fordismo deslocam a ênfase política dos consumidores aos produtores, assim enfatizando o potencial imanente à cooperação social na atividade produtiva. O processo opera com um trabalho dentro de redes de cooperação e faz do comando – sua hierarquização, centralização e seus modos de controle sobre a produção, – algo parasitário e arbitrário (ibidem, p. 297). Por outro lado, a desterritorialização da produção, agora inteiramente integrada com as técnicas de “gestão do trabalho”, colocam o trabalho numa posição fraca para barganhar direitos (ibidem, p. 296). Por outro lado, as forças cooperativas possibilitam ao trabalho autovalorizar-se (ibidem, p. 294). Este é um processo em andamento e não podemos tomar distância dele facilmente. Na medida em que está se desenvolvendo e se construindo sobre a base da cooperação social, é a partir desse processo que precisamos começar a reverter – sempre que possível – ou negar – quando necessário – as operações.

Tecnologias do comum

A noção de Negri do comum e a ideia de Foucault sobre as tecnologias do si podem ajudar o nosso projeto de teorizar as possíveis configurações para uma ontologia crítica do presente e para a resistência na sociedade de controle. Em diversos textos, Negri detalhou a visão que o comum não pode ser teorizado hoje em termos de esfera pública ou bens públicos. O comum hoje, para Negri, é primeiramente o comum da exploração. Contudo, Negri explica que a multidão pós-moderna é um “grupo de singularidades cujo instrumento para viver é o cé-

rebro e cujas forças produtivas consistem na cooperação”. A questão colocada em relação ao comum, portanto, passa a ser: quais formas de autogoverno a subjetividade moderna pode exercer? Aqui, autogoverno é visto em termos dos modos de resistência criativa e formas de subjetivação, imediatamente valorizadas pelo capitalismo contemporâneo. Se por tecnologia, queremos falar das técnicas de poder que asseguram a obediência e a produção de subjetividade para o capital, as figuras da simples sabotagem, resistência ou contrapoder não podem ser produtivas sozinhas. A noção de Paolo Virno de *êxodo*, neste contexto, ganha importância e, em nossa visão, representa o correlato social ao que Foucault teorizou como prática individual de *déprise*. [68] O aspecto político do êxodo reside no seu potencial de “inovação”. “A saída por ser vista como uma inventividade livre-pensante que muda as regras do jogo e desorienta o inimigo” em “conflitos sociais que manifestam-se nem tanto como protesto, mas principalmente como deserção” (HARDT e VIRNO, 1996, p. 199). Uma possível leitura dessa “saída” está em vê-la como uma forma de “desobediência radical”, que consiste em não “confrontar” o poder no seu próprio território, colocando uma alternativa que significa imediatamente a sua deslegitimação. No entanto, quando transposto ao plano da produção e do trabalho, a seguindo a análise da produção biopolítica de subjetividade, o êxodo coloca uma série de problemas. Como vimos, além do conhecimento científico incorporado no capital fixo, o trabalho imaterial também caracteriza a produção direta de relações sociais e, sobretudo, de subjetividade. Através da destruição da fábrica e da expropriação do conhecimento social, a cooperação social é teorizada como ontologicamente primeira a sua “colocação para trabalhar”, seu uso produtivo de valor para o capital. Nesse sentido de meio de produção, ela não constitui uma propriedade exclusiva do capital, e assim as possibilidades de rupturas e as vulnerabilidades do modo presente de produção pós-fordista se tornam maiores. Em termos concretos, formas de trabalho imaterial que praticam o êxodo são, por exemplo, aquelas que ignoram as leis de direitos autorais. A possibilidade de desenvolver essas práticas fora do modo de produção capitalista, em tempos de subsunção real, é difícil de conceber. Ainda assim, a importância política disso é que a proliferação de modos de atividade produtiva que utilizam a cooperação social, no modo do êxodo, está produzindo “contra” o capital, ao funcionar “a des-

68 Sobre a questão do *êxodo* e a sua diferença em relação à *recusa*, Virno provê um exemplo interessante em “Virtuosity and Revolution: the political theory of exodus” (Virtuosismo e Revolução, 2008). Veja www.generation-online.org/t/translations.html: Maurizio Lazzarato entrevista Paolo Virno sobre a multidão e a classe trabalhadora (trad. Arianna Bove). Veja também o seu *Esercizi di esodo. Linguaggio e azione politica*, 2002.

peito dele”. Êxodo parece ser uma ferramenta teórica para descrever essas formas concretas e sociais de subversão e constituição do comum, porque aponta a uma recusa a “falar” a língua do Poder. Não pode ser visto como escapismo, desde que o êxodo se insira nos interstícios entre o poder e a resistência, num contexto em que aconteça a exaustão do embate entre eles. Mesmo que esta noção ainda possa estar carregada de sobretons utópicos, a respeito de esferas autônomas, – especialmente em Virno – ainda assim, talvez a maneira mais adequada de abordar a questão seja perguntar: o que vem depois da recusa, quando esta se satura de impulsos “criacionistas”: noutras palavras, quando os trabalhos do controle são capazes de reprogramar a si mesmos, com uma imunidade embutida por meio da gestão do imprevisível? Considerando que o Poder age com base na prevenção e na intervenção prévia, a questão passa a ser: como criar uma ruptura que não seja *post-factum*? Os discursos da resistência e processos de liberação não parecem levar a sério esses aspectos operacionais da sociedade de controle, o que, em nossa visão, a estratégia do êxodo de “retirada engajada” problematiza bem. A questão que precisa ser colocada em termos de resistência e criação está em ver na atividade produtiva do comum uma forma de vida que escapa à representação política. Como Lazzarato escreve:

A determinação do relacionamento entre resistência e criação é o último limite que o pensamento de Foucault tentou romper. As forças que resistem e criam devem ser encontradas em relações estratégicas e na vontade dos sujeitos que são virtualmente livres para “controlar e conduzir os outros”. Poder, a condensação de relações estratégicas em relações de dominação, a contração de espaços de liberdade pelo desejo de controlar os outros, sempre se deparam com a resistência, e essa resistência deve ser enxergada na sua dinâmica estratégica. Consequentemente, a vida e o ser vivo se tornam a “matéria” da ética, através de uma dinâmica que simultaneamente resiste ao poder e cria novas formas de vida (LAZZARATO, 2002).

O limite está no próprio campo operacional da subjetividade. No entanto, se uma coisa é assumir as realizações teóricas da reconfiguração da categoria de subjetividade com seriedade, a noção de si [self] deve ser claramente distinguida da de indivíduo, de modo a se mover além do sujeito soberano como ponto central da análise política. Por essa razão, nós adotamos o comum para nomear a subjetividade própria da produção pós-fordista, e a sua atividade política como criação de linguagem e formas de vida. Esta é a razão para a nossa insistência em colocar o debate da linguagem no centro da análise política e filosófica. Porque é o próprio meio de reprodução da subjetividade hoje, de valor, afeto, bem como das relações de poder.

Referências

- BAUMAN, Z. *Memories of class. The Pre-History and After-Life of Class*. Londres: Routledge, 1982.
- BERARDI, F. (Bifo) *La fabbrica dell'infelicità*, Roma: Deriveapprodi, 2001.
- BORIO, G.; ROGGERO, G.; POZZI, F. *Futuro Anteriore*. Roma: Deriveapprodi, 2002.
- DELEUZE, G. 'Postscript on control societies', in *Negotiations, 1972-1990*. Nova York: Columbia University Press, 1990. p.179. Disponível em inglês em: http://textz.gutenberg.net/textz/deleuze_gilles_postscript_on_the_societies_of_control.txt
- DONZELOT, J. Pleasure in Work. In: Graham Burchell (ed.) *The Foucault Effect*, 1991.
- FOUCAULT M. 'About the concept of the "dangerous individual" in 19th century legal psychiatry', in *Journal of law and psychiatry*, vol. 1, 1978.
- _____. 'Archivio Foucault, Volume 3'. 1998.
- _____. 'La société disciplinaire en crise'. *Dits et écrits. Vol III*, 1994.
- _____. 'The subject and Power' in Dreyfus and Rabinow *Beyond Structuralism and Hermeneutics*, 1982.
- _____. 'Un système fini face à une demande infinie', entrevista por Bono, R., in *Sécurité Sociale: l'Enjeu*, Paris: Syros, 1983.
- _____. *The Will to Knowledge*, 1998.
- _____. 'Le Pouvoir de la Norme', apud François Ewald (ed.) *Michel Foucault Philosopher*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1992.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*, Cambridge : Harvard University Press, 2000.
- _____. *Labor of Dionysus. A Critique of the State Form*. Minneapolis : University of Minnesota Press , 1994.
- HARDT, M. Affective Labour, in *boundary2*, 26, n. 2 verão 1999.
- HARDT, M.; VIRNO, P. (eds.) *Radical Thought in Italy*, Minneapolis : University of Minnesota Press, 1996.
- LAZZARATO M., Immaterial Labour. In: P. Virno e M. Hardt (eds.) *Radical Thought in Italy*, 1996.
- _____. *Struggle, Event, Media*, MakeWorld paper #4, 2004, (<http://www.make-worlds.org>).
- _____. 'From Biopower to Biopolitics', in *Pli. Warwick Journal of Philosophy*, n. 12, 2002.
- MANDARINI M. *A Time for Revolution*, Londres: Continuum Books, 2002.

MARAZZI, C. *Il posto dei calzini. La svolta linguistica dell'economia e i suoi effetti sulla politica*. Turim: Bollati Boringhieri, 1999.

_____. *Capitale e linguaggio. Ciclo e crisi della new economy*. Soveria: Rubbettino Editore, www.rubbettino.it, 2001.

NEGRI, A. 'Value and Affect', *Boundary2*, 26, n. 2, verão de 1999a.

_____. 'Back to the future'. In: BOSMA; BROEKMAN; BYFIELD; FULLER; LOVINK; MCCARTY; SCHULTZ; STALDER; WARK; WILDING (eds.). *Read me! ASCII Culture and the Revenge of Knowledge*. Nova York: Autonomedia, 1999b.

PANDOLFI A. *Tre studi su Foucault*, Napoli : Terzo Millennio Edizioni, 2000.

VIRNO, P. *Esercizi di esodo. Linguaggio e azione politica*. Verona: OmbreCorte. 2002.

_____. Labour and language. In: *Lessico Postfordista*, Milano: Feltrinelli, 2000. Disponível em inglês em: <http://www.generation-online.org/t/labourlanguage.htm> (my trans.).

WRIGHT, S. *Storming Heaven. Class Composition and Struggle in Italian Autonomism*. Londres: Pluto Press, 2002.

■..... **Arianna Bove** é pesquisadora das temáticas da produção de subjetividade; das formas autônomas e participativas da política e da organização econômica; da ética e das tecnologias do comum; e da filosofia da linguagem. Tem trabalhado como editora, autora e tradutora de diversos trabalhos sobre biopolítica, parrhesia, autenticidade, trabalho imaterial, multidões pós-fordistas, abrangendo a produção de autores e pensadores como Walter Benjamin, Antonio Gramsci, Michel Foucault, Immanuel Kant, Karl Marx, Antonio Negri, dentre outros. Traduziu diversas obras do italiano e do francês para o inglês de Althusser, Agamben, Foucault, Negri, Bifo, Virno e outros.